

As narrativas além das cicatrizes¹

Thais Ortega Pichinin²

Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM-SP

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão teórico-analítica, de natureza ensaística, da canção Amarelo, do Emicida, como provocação para discutir a representação de sujeitos historicamente silenciados. Inspirado por autores como Judith Butler, Saidiya Hartman e Eni Orlandi, o texto aborda a questão da visibilidade, o papel do silêncio e do apagamento na formação do sujeito. Além de abordar o meio-plágio como mecanismo de roubo de autoria, como forma de silenciamento, impactando na construção da identidade do sujeito. Por fim, defende a importância de promover discursos que valorizem vidas vividas, além das narrativas de sofrimento, contribuindo para uma representação mais justa e plural da diversidade social.

Palavras-chave: comunicação; silêncio; construção do sujeito; discurso; imaginário.

Introdução

Na canção “Amarelo”, do cantor Emicida podemos observar uma questão de identidade, de construção do sujeito e de visibilidade. No trecho “permita que eu fale, não as minhas cicatrizes”, que é repetido algumas vezes na música, fica claro uma renúncia em busca da construção não apenas pelas cicatrizes, mas sim, pela autoria de sua própria identidade, uma representação de suas subjetividades, uma busca pela visibilidade, mas não pelas suas mazelas, como nos é apresentado na própria música.

Nesse trabalho buscamos analisar alguns trechos da música “Amarelo” para compreensão da forma de construção da representação do sujeito, da visibilidade de grupos não hegemônicos, em como estes muitas vezes tem suas histórias roubadas, ou vistas apenas por um único imaginário, perdendo assim a autoria de suas próprias vidas. Deixando assim os questionamentos: Quem tem o direito de aparecer? Com quais histórias? Quais narrativas? Pode-se escolher quais histórias queremos narrar de si? Quais os limites da representação?

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Alteridade e Diversidade, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Bacharel em Administração pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), Mestre em Comunicação e Práticas de Consumo pelo PPGCOM ESPM com bolsa CAPES Integral e Doutoranda em Comunicação e Práticas de Consumo pelo PPGCOM ESPM com bolsa CNPq. São Paulo, Brasil. Contato: <thais.pichinin@acad.espm.br>

Assim, através deste texto propomos uma reflexão teórico-analítica, de natureza ensaística, que toma a canção *Amarelo*, do Emicida, como provocação para discutir a representação de sujeitos historicamente silenciados. Visando responder como o discurso poético-musical de “Amarelo” propõe um desafio às lógicas do silenciamento e reivindica uma representação discursiva mais ampla e vivível para sujeitos historicamente estigmatizados? Pretendemos responder essa questão, a partir da escuta atenta de alguns versos da canção, e em diálogo com autoras como Judith Butler, Saidiya Hartman e Eni Orlandi, buscando tencionar os modos como o discurso opera na produção de visibilidades e apagamentos e como estas alteram a construção do sujeito, de sua identidade.

Para isso, vamos realizar uma análise qualitativa baseada nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa, conforme proposto por Eni Orlandi (2007). Analisaremos trechos emblemáticos da música para compreender os discursos que são mediados pela canção a respeito da construção de uma representação simbólica alternativa para assuntos historicamente marcados por narrativas de dor e silenciamento.

Visibilidade

Butler (2018), ao observar a reunião de pessoas em manifestações, greves e assembleias, nos apresenta que esses corpos reivindicam também o direito ao reconhecimento, à visibilidade.

Ou seja, muito além de uma reivindicação de seus direitos, como moradia, alimento, saúde, rejeitando a precariedade pública, quando os corpos se reúnem eles também buscam pelo direito a aparecer, de ser reconhecido como seres humanos e dignos de uma vida, nesse momento muito além de comunicarem as suas insatisfações eles também comunicam o seu direito a vida, uma busca por um espaço a serem vistos e considerados pela sociedade.

Isso também fica explícito no trecho da música, cantado por Emicida, Majur e Pablo Vittar: “Permita que eu fale. Não as minhas cicatrizes. Se isso é sobre vivência. Me resumir à sobrevivência. É roubar um pouco de bom do que vivi”. Ou seja, tanto nas observações de Butler, quanto na música podemos observar que muito além de uma busca/reivindicação por direitos básicos, o que as pessoas também reivindicam é um direito de existir, muito além das suas “cicatrizes”, dos seus sofrimentos, afinal essas

cicatrizes são apenas, como a própria música fala, “coadjuvantes, não, melhor, figurantes, que nem devia tá aqui.”

Assim, podemos pensar que essas cicatrizes podem significar as inúmeras lutas de grupos não hegemônicos, e como as suas histórias não se resumem a isso. Há uma busca, uma reivindicação pelo direito de ser visível, de se ter uma vida vivida, e não viver um estereótipo, ser reconhecido e representado apenas (e não que isso não seja relevante) pelas suas lutas. Há uma busca por ser representado além das representações e narrativas de violência, além das narrativas de denúncias, ou até mesmo que certos corpos só sejam visíveis em cenários de morte ou de sofrimento, deixando suas vidas, como nos apresenta Hartman (2020, p.14) parafraseando Foucault, como “um esboço insuficiente de sua existência”, ou seja, resumindo essas vidas a vidas não dignas de serem vividas, e assim serem representadas, não possibilitando um novo imaginário e assim novas realidades. A autora nos apresenta que as vidas dessas “Venûs” são todas representadas e resumidas a números do livro de contabilidade, anulando toda e qualquer subjetividade e vida que elas possam ter vivido.

Muitas vezes, quando pensamos em grupos não hegemônicos, vinculamos a sua imagem a suas lutas, e não que essas não tenham relevância, mas o que queremos mostrar aqui é que essas vidas não se resumem a isso, dessa forma, o seu imaginário também não deveria pertencer apenas a essas lutas. Butler (2018) nos expõe a relevância da visibilidade para esses grupos, concordamos com a autora, mas também acreditamos, assim como a música nos expõe e como nos é apresentado por Hartman (2020) que há uma necessidade de também se criar imaginários além dos já existentes de lutas, imaginários não apenas de denúncias, mas que possam também alcançar a subjetividade, ocupar o espaço do belo.

Nesse ponto, retomamos o texto de Hartman (2020), “Vênus em dois atos”, no qual a autora nos narra a história, e, na verdade, o silêncio, de duas garotas negras assassinadas e violentadas durante a escravidão. Hartman não inventa, ou cria uma história para essas meninas, mas constrói seu texto justamente em cima do silêncio que existe. Como ela mesmo nos apresenta: “Mas eu quero dizer mais do que isso. Eu quero fazer mais que recontar a violência que depositou esses traços no arquivo” (Hartman, 2020, p.15). Ou seja, a autora busca recontar uma história, dar visibilidade para a vida daquelas garotas, mas além das violências documentadas, que até então é a única forma de aparecer dessas vidas, ou seja, ela busca trazer um significado para essas vidas através

do silêncio dessas histórias. Dessa forma, todas essas meninas se tornam iguais, ou seja, são apenas números de um livro, inviabilizando a vida, a particularidade e individualidade de cada uma. Isso se reforça em outro trecho no qual a autora questiona: “Não se pode perguntar “Quem é Vênus?”, porque seria impossível responder a essa pergunta” (Hartman, 2020, p.15).

O mesmo é solicitado na canção “Amarelo”, quando é cantado “deixe que eu fale. Não as minhas cicatrizes”. Tanto no texto de Hartman quanto na música, há uma busca em dar visibilidade para história e vozes que normalmente são apenas dados, ou representado de forma violenta, pelas suas mortes e abusos, há uma tentativa de se criar um novo imaginário, desvinculando essa imagem de grupos não hegemônicos de representações apenas vinculados à uma denúncia, buscando romper os limites dessas representações e trazer o direito de uma representação de uma vida vivível.

Um ponto que podemos destacar da música é que está é cantada pelo Emicida, Pabllo Vittar e Majur, três cantores que representam grupos não hegemônicos e que normalmente são representados pelos seus estereótipos. Emicida, rapper negro, Pabllo Vittar, cantora e drag queen e Majur, cantora e mulher trans. Todos participam de grupos normalmente violentados, que buscam, sim, por empoderamento e por uma luta de classes.

Não estamos negando ou diminuindo essa representação da denúncia, mas também estamos nos questionando aqui se sempre essa imagem deve ser vinculada a suas lutas? Se elas não podem ser mais do que dados? Se suas histórias não podem ser narradas além desse fato? Se esse sujeito não têm o direito de aparecer? Se seus sentimentos, afetos e histórias de vidas não têm o direito de aparecer? Se essas vidas não tem o direito a ter uma representação de uma vida vivida?

Queremos deixar claro que compreendemos e apoiamos toda a representação como espaço de luta, mas também buscamos demonstrar a relevância de se ter uma construção do sujeito, uma representação além dessa denúncia, afinal essas vidas são vividas e como a canção mostra elas não se resumem apenas a sobrevivência, não são todas iguais. O que defendemos aqui é que essas vidas têm, cada uma, suas particularidades, suas subjetividades, e que estas normalmente não são representadas. O que estamos querendo destacar é a relevância de se criar novos discursos a esses grupos, possibilitando que novos imaginários sejam criados, representando assim, não apenas as lutas, mas também as subjetividades dessas pessoas.

Ao observarmos essas representações normalmente vinculadas aos discursos de lutas e denúncias, a cenários de morte, ou até mesmo a impossibilidade de recontar as histórias das meninas por Hartman pela ausência de registro de suas subjetividades, podemos assim, refletir como essas vozes, essas narrativas, vêm sendo roubadas de quem as possui, podemos pensar que há um silenciamento dessas outras narrativas. Também podemos constatar esse roubo e silenciamento, quando Butler (2018) nos apresenta que esses grupos que se reúnem em protestos, assembleias estão reivindicando pelo direito de ter uma vida vivível, por visibilidade, ou seja, por um reapossamento das histórias de suas vidas.

No próximo tópico, iremos compreender como a construção do sujeito se dá pelos discursos e como o silenciamento desses podem alterar essa construção, além de compreender como entendemos o conceito de silêncio, com base em Orlandi (2007).

Silenciamento e Construção do Sujeito

Como nos apresenta Orlandi (2007) existem inúmeras formas de silêncio, das emoções, das disciplinas, do poder, e como vimos acima, um silêncio das narrativas, das histórias. O autor, em sua obra, também nos expõe que o silêncio ele significa, ele não é a ausência, mas, sim, é carregado de sentido, como podemos observar na história apresentada por Hartman. O silêncio de suas histórias tem um sentido, um significado, afinal quando optamos por dizer algo, optamos também por não dizer outro. Há então uma questão política, não é uma questão de calar, mas sim, um recorte do que dizer e do que não é dito.

Dessa forma, quando temos apenas os documentos numéricos e sem profundidade das histórias das inúmeras mulheres e meninas abusadas, violentadas e mortos durante a escravidão, temos aí um (não) significado, um (não) sentido sobre a vida dessas pessoas, como elas (não) eram vistas e como ainda (não) são vistas hoje, tendo suas vidas reduzidas apenas aqueles números.

Essas vidas se resumiam a escravidão, aos abusos que sofriam, ou seja, quando não conseguimos resgatar nenhum outro registro, além das dores, acreditamos que essas vidas, naquela época, eram insignificantes, se resumiam a suas dores. Dessa forma, ao não alterarmos esses discursos acabamos por mantê-los e assim manter como vemos essas vidas, ou seja, ao não alterar o discurso também não alteramos a história.

Assim, podemos observar na música “Amarelo” uma tentativa de mudança desses discursos, com grupos não hegemônicos pedindo para que possam falar, pelas suas vozes, pelas suas histórias, como sujeitos, e não apenas dentro de suas lutas. Afinal, eles buscam mostrar o além dessas lutas, buscam se construir fora do estereótipo de denúncia, ou seja, se construírem também em um espaço de vitórias, há uma busca por uma alteração na forma como esses grupos são representados e assim como são vistos e interpretado pela sociedade.

É interessante ressaltar que essa canção tem um sample da canção “Sujeito de Sorte” do Belchior, que foi escrita durante o período da ditadura no Brasil, na década de 70. Na canção do Emicida, os trechos da música de Belchior trazem uma mensagem de superação, há uma fé em um futuro diferente, uma busca por mudança social. Assim como na época em que foi escrita, em que o país buscava ter fé no fim da ditadura e lutava por isso, em “Amarelo” o sujeito também busca vencer as suas batalhas, como nos é apresentado: “Para que amanhã não seja só um ontem. Com um novo nome”. Nesse trecho, há um discurso para se escrever um futuro novo, sem ser apenas uma cópia do passado, saindo assim dos discursos já conhecidos para novos discursos, possibilitando a representação de novas identidades.

Dessa forma, fica claro a relevância em se entender os discursos, pois eles que constroem a representação dos indivíduos, as identidades e assim também compreendemos a relevância em se compreender o silêncio. Pois como Orlandi (2007) nos apresenta que para entender o silêncio devemos usar e compreender os conceitos da linguagem, da análise do discurso e como o sujeito é inscrito através dos discursos.

O autor nos apresenta que o sujeito e o sentido se constituem no mesmo tempo, no discurso, para ele a identidade é resultado do processo de formação discursiva e estas se realizam pelo sujeito. Mas também nos apresenta que durante a ditadura, por causa da censura, o processo discursivo não tem sua origem no sujeito. Pois, ao falar o sujeito se divide, afinal, as suas palavras são também a do outro. O indivíduo, por causa da censura, não tem mais a autoria dos discursos em sua pose, agora suas palavras são as que lhe são permitidas, dentro de normas, que as restringe, que a silencia. Dessa forma, a identidade do sujeito é afetada, pois o processo discursivo muda, não tem mais sua origem e formação no sujeito em si, e o sentido das palavras muda também, assim como a sua identidade.

A autora trabalha com essas reflexões pensando a ditadura, a censura, momento do qual não vivemos atualmente, mas não podemos negar que ainda vivemos alguns momentos de silenciamento. Mesmo vivendo em um regime de democracia muitas identidades ainda não são retratadas, ou pelo menos, tem suas representações vinculadas sempre a um mesmo discurso, a uma luta, a uma renúncia, ou seja, o domínio e os discursos vinculados a determinados grupos não têm autoria nesses mesmos grupos e assim a construção desses sujeitos são alteradas.

O que queremos deixar claro aqui é a relevância do processo discursivo na construção do sujeito, da identidade, e como esta pode ser afetada quando censurada, silenciada, quando o sujeito não pode dizer o que deseja da forma que deseja e é atravessado por outro.

Dessa forma, podemos pensar as vozes de grupos não hegemônicos e que normalmente são vinculadas a estereótipos de narrativas de violências, de denúncia. Esses sujeitos, assim como na censura, também têm a identidade afetada, pois o processo discursivo já não tem mais origem no sujeito em si, e sim, nas suas “cicatrices”, as palavras não são mais as suas, mas se divide com as de suas lutas. Esses grupos muitas vezes não são nem mesmo representados, ou quando isso acontece, são vinculados, como já foi dito, a um discurso já existente, estereotipado e que não traduz a individualidade e subjetividade de cada ser, mas sim, uma representação generalizada, como nos apresenta Hartman (2020):

E as histórias que existem não são sobre elas, mas sobre a violência, o excesso, a falsidade e a razão que se apoderaram de suas vidas, transformaram-nas em mercadorias e cadáveres e identificaram-nas com nomes lançados como insultos e piadas grosseiras. (Hartman, 2020, p.15)

Como a autora nos destaca a história não é sobre as meninas, mas sobre as violências pelas quais elas passaram, e que muitas vezes essas vidas são apenas representadas em cenários de sofrimento ou até mesmo pela morte, como os números contabilizados, ou seja, refletindo como a sociedade muitas vezes observa essas vidas, como números.

Dessa forma, podemos ressaltar outro ponto importante na autora escolher a análise do discurso para essas compreensões, é por que está traz uma dimensão ideológica e histórica “Ela se propõe trabalhar a forma-sujeito, isto é, o sujeito tal como é definido historicamente no imaginário da sociedade, e a forma-sentido, considerando que os dois

são determinados historicamente em seus processos de constituição e funcionamento” (Orlandi, 2007, p.97-98). Ou seja, a análise do discurso nos traz essa dimensão histórica e ideológica que observamos ao compreender quais vidas têm o direito de ser vivida e quais se restringe a números, ou estereótipos de denúncia, em um determinado tempo histórico. E ao ressaltarmos a relevância em se buscar uma mudança na representação dos discursos desses sujeitos, estamos também reforçando uma alteração na forma como esse sujeito é definido no imaginário da sociedade em um determinado período histórico.

No próximo tópico, iremos entender um dos mecanismos de silenciamento atuais, o meio-plágio, e como este trabalha com o roubo da autoria dos discursos.

Apagamento e Meio-plágio, o roubo da autoria

Ainda nos embasando em Orlandi (2007) vamos adentrar no conceito que ele intitula de meio-plágio, ao se referir a colegas, professores, alunos que se autorizam a não referenciar suas ideias a ideias já ditas. A autora intitula de meio-plágio, pois as ideias têm uma origem, mas também têm suas particularidades. O que a autora deseja nos mostrar com essa explicação é que quando escolhemos dizer algo, fazemos um apagamento de outra coisa que poderia ser dita. No caso do semi-plágio, esse silenciamento se dá na autoria, que é silenciada e tomada para si. Outro ponto apresentado é que, quando silenciamos a autoria, estamos negando um já-dito, dessa forma, cortamos a história, ou seja, cortamos a memória dessa ideia que não foi referenciada, reduzindo assim o movimento dos sentidos.

Ao observar essas reflexões de Orlandi (2007) e o que ela nos apresenta sobre meio-plágio, sobre um apagamento da autoria, podemos pensar no apagamento da autoria das vidas de grupos não hegemônicos. Quando resumimos a vidas desses grupos as suas representações em momentos de lutas, de denúncia, ou aparecendo na mídia apenas em momentos de tragédias, narrando violências, como dados de assassinatos, estamos reduzindo a existência desses grupos a isso. Há um roubo da autoria de suas próprias vidas, de suas próprias narrativas, o sujeito, assim como na censura, é silenciado, apagado, é vetado dele o direito de contar a história de sua própria vida.

Quando escolhemos dizer algo, fazemos o apagamento de outra coisa que poderia ser dita, e é isso que a música nos apresenta, como pode ser observado no trecho da canção: “Permita que eu fale. Não as minhas cicatrizes. Tanta dor rouba nossa voz. Sabe o que resta de nós? Alvos passeando por aí”. Aqui podemos refletir sobre o que Orlandi

(2007) nos apresenta sobre a relação do silêncio e a dialogia, ou seja, o silêncio e o outro, que se dá pela presença e pela ausência, que ele categoriza como uma política do silenciamento.

A política do silenciamento diz respeito ao recorte que fazemos quando dizemos algo e não outra coisa, o que o autor nos expõem é que existe uma política que resulta nesse silenciamento, não como uma forma de calar, mas como já foi dito, como um recorte, fazendo parte do processo de significação, ou seja, quando pensamos nessa política do silenciamento estamos refletindo na formulação dos sentidos. Assim, refletindo esse trecho da canção, podemos notar que quando damos voz as “cicatrices” estamos escolhendo qual discurso vamos validar socialmente, ou seja, qual iremos calar. Ao escolher dar vozes as cicatrizes, escolhemos então calar todos os outros possíveis discursos, os discursos subjetivos, impedimos uma movência do discurso e assim impedimos a movimentação na construção histórica social do discurso, tornando essas vidas alvos, assim como a canção nos apresenta.

Considerações Finais

A canção “Amarelo” cantada por Emicida, Majur, e Pablo Vittar, principalmente nos trechos iniciados por “permita que eu fale. Não as minhas cicatrizes”, nos traz reflexões sobre a construção da representatividade de grupos não hegemônicos, e que historicamente foram silenciados. A canção nos apresenta uma busca pelo direito de visibilidade, mas, além disso, de uma representação de uma vida vivível, ou seja, uma representação mais ampla, não vinculada apenas à suas lutas, ou como é abordada na canção pelas suas “cicatrices”.

Butler (2018) nos expõe a relevância da visibilidade para esses grupos, e concordamos com a autora, mas também acreditamos e acrescentamos que há uma necessidade de se criar novos imaginários além dos já existentes de lutas. Há a necessidade de se trazer subjetividade na representação desses grupos, não os vinculando a suas representações apenas a estereótipos de lutas e denuncia. Pois resumir essas vidas a suas lutas é o mesmo que “roubar o pouco de bom que vivi”, como nos é apresentado na música.

Hartaman (2020) também nos apresenta esse silenciamento, essa falta de representação, ao nos apresentar que todas as Vênus são iguais, são apenas números no livro de contabilidade, apenas números de corpos mortos, invalidando e anulando toda a

vida daquelas mulheres, a resumindo a apenas dados. A autora também nos apresenta a necessidade e relevância de buscar uma forma de mudar isso, afinal, esse silenciamento representa todo o saber histórico sobre as mulheres negras daquela época, pois como Orlandi (2007) nos apresenta, o silêncio é repleto de significado.

Dessa forma, podemos compreender que as vidas das mulheres negras se resumiam a números, a serem mercadorias ou cadáveres, mas assim como a canção de Emicida, Hartman (2020) também nos apresenta que devemos buscar uma mudança na representação das vidas dessas mulheres, pelas suas histórias. Pois, quando grupos não hegemônicos têm suas vozes roubadas, eles se tornam alvos, como na canção “Tanta dor rouba nossa voz. Sabe o que resta de nós? Alvos passeando por aí”

Ao refletir sobre as vozes, podemos então pensar no meio-plágio, apresentado por Orlandi (2007) e como muitas vezes as vozes dos grupos representados são roubadas e vinculada a estereótipos, não permitindo a construção de novos discursos, inviabilizando uma movência dos discursos e sentidos. Outra questão é que quando há um silenciamento o processo discursivo não tem sua origem no sujeito, assim como vimos no meio-plágio, e assim, as palavras do sujeito representado são também a do outro, tendo assim a sua identidade afetada e como nos é apresentado na canção a identidade desses grupos não hegemônicos é afetada, pois sua origem não é no sujeito em si, e sim, nas suas cicatrizes.

Dessa forma, ressaltamos aqui a relevância não apenas da representação de grupos não hegemônicos, mas também que estes possam ter suas representações de vidas vivíveis, não vinculadas e representadas apenas por dados, números, ou até mesmo a um estereótipo de luta, denúncia ou morte. Não diminuimos aqui essas representações, mas acreditamos que também seja necessária uma busca por novos imaginários.

Referências

- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Editora José Olympio, 2018.
- HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. *Eco-Pós* (Rio de Janeiro), v. 23, n. 3, 2020, p.12-33
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Editora da UNICAMP, 2007.